

BIBLIOTECA ESCOLAR E OS USUÁRIOS ESPECIAIS: O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO FRENTE AO DESAFIO DA INCLUSÃO

MARIA ANTONIETA RIBEIRO MARCOLINO*
CLÁUDIO MARCONDES DE CASTRO FILHO**

RESUMO

Desde a década de 1960 defende-se internacionalmente a promoção das mesmas condições de acesso ao conhecimento e exercício da cidadania a indivíduos de diversas etnias, classes sociais, níveis de instrução, necessidades especiais e deficiências. No Brasil, a questão dos direitos das pessoas com deficiência foi enfatizada a partir da Constituição de 1988, que em seus Artigos 206 e 208 dispõe a igualdade de acesso ao ensino para todos. Sendo as bibliotecas escolares uma extensão das instituições de ensino, também as abrangem as políticas de educação inclusiva. No cenário da inclusão na biblioteca escolar, a atuação do bibliotecário é fundamental, pois esse profissional é o responsável pelo acolhimento do usuário. Este trabalho tem por objetivo fazer uma observação sobre a presença de usuários especiais na biblioteca escolar, e o profissional da informação frente às adequações necessárias com relação ao ambiente, acervo e atendimento da biblioteca escolar, de modo a promover um espaço aberto a todos. Por se tratar de uma pesquisa exploratória, foi realizada a partir de revisão bibliográfica de livros, teses, artigos e sites relacionados com o tema abordado, no intuito de analisar o ponto de vista de vários autores, principalmente das áreas de Biblioteconomia e Pedagogia, a fim de obter referencial teórico para firmar as ideias propostas por este trabalho. Conclui-se que, com o esforço e empenho do profissional da informação, as bibliotecas escolares podem estabelecer parceria com outras instituições e criar atividades para dar os primeiros passos para a construção de um ambiente inclusivo sem depender exclusivamente das iniciativas de suas mantenedoras.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca escolar. Inclusão social. Usuário especial. Bibliotecário.

ABSTRACT

Since the 1960s it defends internationally to promote equal access to knowledge and citizenship to individual of diverse ethnicities, social classes, levels of education, special needs and disabilities. In Brazil, the issue of the rights of person with disabilities was emphasized with the establishment of the 1988 Constitution, which provides in its

Articles 206 and 208 the establishment of equal education for all. Being an extension of education institutions, school libraries are also encompassed in the education policies regarding inclusive education. In the scenario of inclusion in the school library the role of librarian is critical because this is the professional responsible for the care of the users. This work aims to make a comment on the presence of special users in the school library, and the information professional in front of the adjustments necessary in relation to the environment, library and school library service, in order to promote an open space to all. Because this was an exploratory study, the research was carried out a literature review of books, theses, and articles related to the topic addressed in order to examine the point of view of various authors, mainly in the areas of Librarianship and Pedagogy sites order to obtain theoretical framework to execute the ideas proposed by this paper, which concludes that, with the effort and commitment of the information professional school libraries can begin to partner with other institutions and create activities to take the first steps to construction of an inclusive environment without relying exclusively on its sustaining initiatives.

KEYWORDS: School library. Social inclusion. Special User. Librarian.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva ainda encontra alguns impasses para ser implantada com êxito, uma vez que a sociedade ainda não está preparada para enxergar as pessoas com deficiência como seres ativos e conseqüentemente inseri-los em suas práticas do cotidiano. Nesse sentido, surgem leis e ações de inclusão na educação com o intuito de defender a igualdade para todos, com a intenção de auxiliar na modificação da visão pejorativa com relação às pessoas com deficiência e garantir assim que todas as pessoas possam exercer seus direitos como cidadãos.

Dois documentos em prol da inclusão tiveram grande repercussão internacional: a Convenção dos Direitos da Criança (UNICEF, 1989) e a Declaração de Salamanca. (BRASIL, 1994). A Convenção dos Direitos da Criança (UNICEF, 1989) é composta por 54 artigos, que determinam que os Estados integrantes da ONU devem: respeitar os direitos enunciados pela Convenção; garantir a aplicação dos mesmos a todas as crianças, sem distinções; tomar todas as medidas cabíveis para proteger as crianças de qualquer forma de discriminação; assegurar a proteção e os cuidados com o bem-estar das crianças; garantir o acesso das crianças com deficiência à educação e a todos os demais serviços que permitam o maior desenvolvimento cultural e maior integração social.

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) visa assegurar o

direito de todos, sem exceções, ao acesso à educação no ensino regular, defendendo que as escolas devem proporcionar uma pedagogia centrada na criança para atender as necessidades de todas elas. E ainda salienta que as escolas inclusivas são peças-chave para combater a discriminação e o preconceito e construir uma sociedade mais acolhedora.

No Brasil, a Constituição de 1988 serviu como ponto de partida para a criação de outros documentos e leis em prol dos direitos de todos e da inclusão: a Lei 7853/89 (BRASIL, 1989) que considera crime as escolas não aceitarem a matrícula de alunos especiais, com ou sem deficiência; Lei 9394/96 (BRASIL, 2001) sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na qual em 2001 o MEC introduziu o Capítulo V que trata dos direitos da criança com deficiência. Esse capítulo reforça o direito ao acesso à educação no ensino regular, conforme estabelecido na Constituição de 1988, e também traz em consideração os direitos propostos pela Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994); e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), documento que orienta as escolas sobre a maneira como devem se organizar para receber os alunos especiais, com ou sem deficiência.

Nesse sentido, a biblioteca escolar deve estar inserida nas práticas pedagógicas, pois tem grande responsabilidade social, ao garantir que seu espaço e seus serviços sejam abertos ao auxílio de todo e qualquer usuário da comunidade escolar, pois contribui com a formação dos alunos, dando-lhes novas expectativas de futuro através da leitura, auxiliando na interação com as práticas educacionais, no contato com o conhecimento e no desenvolvimento do pensamento crítico, entre outros.

O presente estudo buscou identificar o papel do bibliotecário frente à inclusão e o comportamento desse profissional frente aos usuários especiais na biblioteca escolar, bem como as dificuldades que os bibliotecários podem encontrar no atendimento desses usuários devido à falta de preparo adequado.

Algumas pesquisas, como Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002); Estabel, Moro e Santarosa (2006); Rocha, Alves e Duarte (2011), e Ferreira e Lima (2011), tratam da importância da inclusão social na sociedade moderna e, portanto, da informação, como também do profissional da informação, que contribui para a educação inclusiva.

2 LEGISLAÇÕES INTERNACIONAIS E BRASILEIRAS EM PROL DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A história da humanidade traz vestígios de que há milênios os direitos humanos não são vivenciados de forma igualitária. Alguns grupos sociais ainda permanecem na luta para alcançar seus direitos enquanto cidadãos diante da sociedade, entre eles estão: mulheres, índios, negros, homossexuais, e as pessoas com deficiência. Pensando nas dificuldades desses grupos, diversos movimentos sociais foram criados para promover ações a favor das causas que cada um deles defende.

Dos dispositivos em prol da inclusão, dois tiveram grande repercussão: a Convenção dos Direitos da Criança (UNICEF, 1989) e a Declaração de Salamanca. (BRASIL, 1994).

Composta por 54 artigos, a Convenção dos Direitos da Criança (UNICEF, 1989) oferece bases legais para o provimento de ações judiciais contra órgãos públicos e privados que tenham praticado algum tipo de discriminação envolvendo crianças. Em seu artigo 2.º, dispõe:

1 – Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança sujeita à sua jurisdição, sem distinção alguma, independentemente de sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra natureza, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiências físicas, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.

2 – Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a proteção da criança contra toda forma de discriminação ou castigo por causa da condição, das atividades, das opiniões manifestadas ou das crenças de seus pais, representantes legais ou familiares. (UNICEF, 1989, p. 1).

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), resultante da Conferência Mundial da Educação Especial, é um documento que visa assegurar a todos, inclusive às pessoas com deficiência, o direito à educação, e confirmar o comprometimento dos órgãos governamentais com a educação inclusiva:

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de

1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

2. Acreditamos e Proclamamos que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional [...]. (BRASIL, 1994, p. 1).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, que defende o direito de todos à educação e a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, serviu de modelo e ponto de partida para o surgimento de vários documentos em defesa dos direitos dessas pessoas.

▪ Lei 7853/89: o Artigo 8.º (BRASIL, 1989, p. 1) estabelece que a não-inclusão do aluno especial com ou sem deficiência na educação regular é crime e, portanto, as instituições que não realizarem a matrícula do mesmo estarão passíveis de punição.

Art. 8.º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

I – recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta [...].

▪ Lei 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): em 2001, o MEC introduziu o Capítulo V na LDB, específico sobre os direitos dos alunos especiais, que podem ser alunos com deficiência ou algum tipo de limitação.

CAPÍTULO V

Da Educação Especial

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil [...]. (BRASIL, 2001, p. 27).

▪ Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001): criadas após a publicação do Capítulo V da LDB, as Diretrizes orientam os sistemas educacionais a respeito da educação de alunos especiais, com deficiência ou não, no ensino regular e em salas comuns juntamente com alunos sem deficiência. O item 4 aborda exclusivamente a organização do atendimento na rede regular de ensino:

4.1 – Na organização das classes comuns, faz-se necessário prever:
a) professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;
b) distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade [...]. (BRASIL, 2001, p. 47).

Após a publicação das leis sobre inclusão, as escolas passaram a ter modificações em seus ambientes. Crianças e

adolescentes com deficiência e sem deficiência começaram a ter contato em sala de aula e as mesmas oportunidades de ensino e aprendizagem. Porém, convivência não significa integração. A integração dos alunos com deficiência às atividades escolares não fica assegurada apenas pela legislação, pois depende de vários fatores. Segundo Pupo e Vicentini (2002, p. 5),

[...] a integração do deficiente antecede à inclusão e pressupõe três níveis básicos: social – de acesso aos bens, à educação, saúde, trabalho e lazer, seja qual for a deficiência; político – de participação nos processos decisórios, e cultural – como membros e agentes das atividades culturais. Assim, o grande problema da integração está no fato de os deficientes não serem entendidos e assumidos como sujeitos culturalmente contextualizados. Essa visão passiva e negativa da deficiência deverá ser superada e ser entendida como mais uma possibilidade, investindo-se mais nas capacidades do que nas limitações, encarando-se a deficiência menos em seu aspecto biológico, e mais do ponto de vista social – pois um novo paradigma está se delineando: as diferenças vêm sendo abordadas com mais naturalidade, tornando possível viver a igualdade na diferença.

A integração do aluno com deficiência com as atividades em sala de aula é essencial para torná-lo participativo e desenvolver sua cultura. A grande dificuldade que ainda persiste é a visão da sociedade perante as pessoas especiais. Infelizmente as pessoas com deficiência ainda são vistas como inúteis, dependentes e incapazes de executar certas atividades. Essa visão caracteriza a predominância do pensamento preconceituoso, incapaz de considerar a capacidade que as pessoas com deficiência têm em desenvolver atividades, até mesmo com maior facilidade do que as pessoas sem deficiência, o que é de grande valia para a troca de saberes e experiências, no momento de integração entre esses dois grupos.

O ambiente da biblioteca escolar se faz propício a essas interações, por permitir o contato entre alunos, professores e bibliotecários, em que, além do aprendizado, ocorre a troca de experiências do cotidiano de cada um, criando maior sociabilidade e familiarização escolar.

3 O COMPROMISSO SOCIAL E CULTURAL DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Sendo a biblioteca escolar uma instituição voltada ao

atendimento da comunidade educacional na qual está inserida, deve atender a todas as diferentes necessidades informacionais, considerando os diversos níveis de escolaridade de seus usuários. Por ser parte integrante do contexto pedagógico escolar, a biblioteca escolar também tem o dever de contribuir para a formação dos cidadãos.

Ao falar em formação não se abrange apenas o sentido intelectual da palavra, mas também o cultural e social. O espaço da biblioteca escolar pode ser aproveitado para criar atividades lúdicas, que trabalhem o desenvolvimento ético e a saúde mental de crianças e adolescentes. A biblioteca escolar, nesse aspecto, poderá atuar como apoio pedagógico, demonstrando através da literatura os fatos e transformações que vêm acontecendo na sociedade em que os alunos vivem, incentivando o desenvolvimento do pensamento crítico e melhor compreensão de sua realidade.

Bazílio (2011, p. 4), faz uma observação sobre a inclusão por meio da democratização do acesso ao conhecimento:

[...] a necessidade de democratização do conhecimento a partir do acesso à informação que circula nas novas tecnologias de informação e comunicação leva a uma nova necessidade emergente: a inclusão social e digital; a valorização dos saberes constituídos de formas científicas e não científicas, a retomada da capacidade de decisão sobre temas coletivos, a partir do acesso a informação e, conseqüentemente, a formação de indivíduos conscientes na evolução da sociedade.

Considerando que a biblioteca escolar atua com a coletividade, a mesma deve refletir e compreender o verdadeiro valor que representa para sua comunidade diversificada. Culturalmente, ao longo do tempo essa comunidade atendida tende a rever seus conceitos, pensamentos e formas de agir. A boa leitura, aquela que lhe é construtiva, aos poucos contribui para a construção de novas realidades. A IFLA – Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (2006) considera que as bibliotecas escolares devem almejar servir a todos os seus usuários e atender todas as suas necessidades informacionais, e que a satisfação dos usuários depende da capacidade da biblioteca escolar em identificar essas necessidades e se organizar para atendê-las.

Nas instituições de ensino regular, a presença dos alunos com deficiência ainda é motivo de preconceito e estranheza para muitos profissionais e demais alunos, pois eles ainda são vistos

como pessoas sem capacidade para desenvolver atividades pedagógicas e portanto não deveriam frequentar o mesmo ambiente escolar que os alunos normais. São visões de pessoas que imaginam o aluno com deficiência apenas como frequentador de escolas especiais, e não acreditam que seja possível a socialização deste com alunos normais.

Julgar o aluno com deficiência como incapaz é um erro grave. Em muitos casos eles surpreendem e apresentam mais facilidade para desempenhar atividades do que os demais alunos. É fato que as pessoas com deficiência terão suas dificuldades e limitações provenientes de suas condições físicas e/ou mentais, mas isso não quer dizer que suas habilidades não devam ser exploradas. Segundo Fachin, Hillesheim e Mata (2004, p. 66),

[...] as pessoas portadoras de necessidades especiais, em muitos casos, têm uma capacidade maior de resposta do que o esperado, surpreendendo os profissionais que trabalham com elas pela dedicação, interesse e desenvolvimento cognitivo.

Com atividades de leitura é possível extrair dos alunos sentimentos reprimidos, apaziguar emoções e colocar o portador de necessidades especiais em contato com o mundo dos livros, dos sonhos, do imaginário e, também, ter uma maior interação com o meio em que vive.

Na educação inclusiva, o aluno com deficiência fará uso da biblioteca escolar assim como os demais. Mesmo com todas as suas dificuldades, ele também necessitará ter o contato com os livros e demais materiais de apoio pedagógico. Inserir uma pessoa com deficiência nas escolas regulares junto com alunos sem deficiência não significa integrá-la. Integrar uma pessoa com deficiência significa colocá-la nas práticas escolares de forma ativa e deixar de lado o pensamento de que ela é um ser unicamente passivo. Conforme Pupo e Vicentini (2002, p. 5):

[...] essa visão passiva e negativa da deficiência deve ser superada e ser entendida como mais uma possibilidade, investindo-se mais nas capacidades do que nas limitações [...]

Com relação ao compromisso social, Sanches Neto (2011, p. 4) defende que a biblioteca

[...] deve atuar de acordo com as necessidades da população que a cerca, neste sentido há de ser considerado que em uma sociedade

não existem apenas pessoas ricas, instruídas e sem necessidades especiais. A biblioteca deve atuar ao lado da população, não excluindo nenhuma de suas camadas, nem priorizar os ricos, nem os pobres, nem doutores, nem analfabetos, nem videntes, nem cegos etc.

Dessa forma, para firmar as responsabilidades socioculturais de uma biblioteca escolar, é de extrema importância que a instituição verifique seus serviços e seu acervo de modo a oferecer a mesma obra em diferentes formatos, para que o aproveitamento e o uso das informações pelos usuários sejam igualitários.

Quando se fala em inclusão no ambiente de uma biblioteca, não se remete exclusivamente a fatores sociais, econômicos, culturais e tecnológicos, e sim a todos eles juntos. Uma biblioteca escolar inclusiva deverá ser capaz de proporcionar o acesso à informação e o atendimento de todos os alunos, professores e demais usuários independente de cor, situação econômica, classe social, nível de escolaridade, limitações e deficiências.

A expressão Biblioteca Inclusiva leva ao entendimento de um local voltado especialmente para pessoas com algum tipo de deficiência, quando na verdade é um ambiente destinado à convivência de todos, livre de barreiras de acesso físico e informacional. Segundo Coneglian e Silva (2006, p. 7),

[...] biblioteca inclusiva não é aquela biblioteca específica, por exemplo, para deficientes visuais com todo o acervo disponível em Braille, mas sim aquela que atende toda demanda da população de maneira igualitária, onde seus usuários possam acessar e utilizar os serviços e acervos, conforme suas especificidades.

Nesse sentido, o planejamento do espaço e da aquisição de materiais deve ser feito com muita atenção pelo bibliotecário, visando sempre à facilidade de uso por todos. As dificuldades de acesso à informação não dizem respeito somente a questões de recursos e tecnologias da informação e comunicação especiais. Muitos usuários encontram dificuldades até mesmo para adentrarem ao ambiente da biblioteca. Essas barreiras são identificadas pela falta de planejamento arquitetônico adaptado para a circulação de pessoas com deficiência física que utilizam equipamentos auxiliares de locomoção.

No ambiente escolar essas barreiras não deveriam existir, mas do ponto de vista arquitetônico há de se levar em conta que muitos prédios escolares são de construção antiga, muitas vezes com mais de cem anos, de uma época em que a educação não era amplamente difundida e não havia muitas preocupações com a

inclusão.

Nos dias atuais essa situação vem se modificando. De acordo com o Ministério da Educação (2011, p. 4),

[...] ao promulgar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD (ONU/2006), por meio dos Decretos nº 186/2008 e nº 6.949/2009, o Brasil assume o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e de adotar medidas que garantam as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão da deficiência.

O decreto acima se encontra no Programa Escola Acessível¹ do Governo Federal, que tem por objetivo auxiliar as escolas na implantação de arquitetura acessível em suas dependências e um sistema de ensino inclusivo. Entretanto, é sabido que as medidas e programas governamentais para promoção da acessibilidade ainda são bem complexos, muitas vezes demorados para serem executados, ou então não chegam a ser colocados em prática.

Tornar uma biblioteca escolar um local acessível e inclusivo gera algumas dificuldades, como o fato de estarem vinculadas com as políticas das instituições de ensino, e dependerem de verbas e recursos destas. Entretanto, a biblioteca escolar tem a capacidade para juntar esforços e se tornar acessível sem depender totalmente das condições financeiras e políticas de sua escola mantenedora. O empenho do(s) bibliotecário(s) e a parceria com outras instituições podem ser brilhantes soluções aplicáveis nesse contexto. Um exemplo de iniciativa a ser citado é o da Biblioteca Nacional, que desenvolveu o *Modelo brasileiro de biblioteca acessível para pessoas com deficiência e idosos*. De acordo com Lira (2007, p. 2),

[...] constituindo a Biblioteca Nacional centro de referência nacional da área de bibliotecas, seria muito oportuno que esta instituição fosse a pioneira em adequar seus acervos locais ou na internet aos princípios de acessibilidade requeridos pela sociedade e preconizados pelo marco legal, transformando essa ação em um modelo brasileiro de biblioteca acessível a ser seguido pelas demais bibliotecas do país.

Mesmo sendo a Biblioteca Nacional uma biblioteca pública,

¹ Site do Programa Escola Acessível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17428&Itemid=817

seu modelo pode ser seguido por outras bibliotecas, independentemente de serem escolares, universitárias, digitais, entre outras, pois o modelo de acessibilidade da biblioteca inclusiva é estendível a qualquer tipo de unidade de informação, uma vez que as pessoas com deficiência podem ser usuárias de qualquer uma delas. Nesse sentido, ressalta-se a importância do conhecimento e atuação do profissional da informação para a captação de novas ideias a partir de trabalhos e projetos que já vêm sendo desenvolvidos por outras instituições e podem ser ajustados para a biblioteca escolar inclusiva.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO AMBIENTE DA BIBLIOTECA ESCOLAR E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DOS USUÁRIOS ESPECIAIS

O avanço tecnológico, as crescentes produções e demandas da sociedade da Informação vêm contribuindo para a evolução da profissão do bibliotecário. Aquele profissional tradicional que antes realizava empréstimos e devoluções, organizava os livros na estante e preocupava-se mais com a parte técnica, agora é responsável por localizar informações, analisá-las e promover a disseminação das mesmas. Conforme Lima e Lima (2009, p. 32),

[...] o surgimento das novas tecnologias, a necessidade de educação continuada e novas exigências do mercado fez com que o profissional bibliotecário com perfil tradicional cedesse seu espaço para o moderno profissional da informação, com conhecimentos que vão além das técnicas, para lidar com gerência de informação em vários suportes e com conhecimentos da realidade social, política e educacional. Esse é um grande desafio para os profissionais da informação.

O moderno profissional da informação deve apresentar um perfil capacitado para acompanhar as mudanças na sociedade à qual pertence. De acordo com Oliveira, Alves e Maia (2013, p. 7),

[...] esse profissional deve estar atento e preparado para responder às novas exigências da sociedade, principalmente pela diversidade de informação, notícia, necessidade informacional e especificidade de cada ser humano. Dessa forma esse profissional tem a sua frente o desafio de colocar uma nova dimensão ao problema informacional e lembrar de que o mais importante não é a quantidade de informação disponível, mas sim a sua qualidade.

Assim, o bibliotecário da biblioteca escolar tem múltiplos papéis, não é encarregado apenas da organização do acervo, catalogação dos livros, empréstimos, devoluções etc., mas também é responsável por fazer com que o ambiente da biblioteca escolar tenha vida, seja cada vez mais utilizado e principalmente contribua de forma significativa para o desempenho dos alunos. Portanto, o bibliotecário também assume função de educador, segundo Pires (2012, p. 3),

[...] ajudando na formação intelectual do leitor, promovendo o hábito da leitura e incentivando a cultura, visando informar e educar o usuário no uso da informação, facilitando o processo de construção do conhecimento, uma vez que este se dá pela função da disseminação da informação [...].

Por isso, é necessário que os estudantes se sintam motivados a utilizar a biblioteca escolar, de maneira que encontrem conforto e atenção especial em seu ambiente, o que também deve ser providenciado pelo bibliotecário escolar. Corrêa et al. (2002, p. 116) apontam que “o bibliotecário escolar tem uma tarefa difícil: cativar e conquistar o estudante e fazer com que este se sinta à vontade dentro da biblioteca escolar”.

O primeiro passo para que o bibliotecário consiga cativar os leitores é conhecê-los. Os aspectos socioeconômicos e culturais, o nível de escolaridade e as preferências de cada aluno são alguns dos fatores que contribuem para que o profissional da informação saiba quais são as necessidades informacionais e como poderá auxiliá-los em suas buscas.

A questão social é algo que merece atenção diferenciada por parte do bibliotecário. Além de atender todos os alunos da escola, também terá a missão de contribuir com a inclusão dos usuários especiais na biblioteca escolar, bem como incentivar à socialização de todos.

Nesse aspecto, o papel do profissional da informação é de extrema importância para que todos os tipos de usuários da biblioteca escolar sejam acolhidos e atendidos. Ao profissional da informação caberá dar atenção a todos, em especial às pessoas com deficiência, desenvolver atividades de mediação apropriadas para cada público, para que todos se sintam familiarizados com o ambiente. Por isso, cabe ao bibliotecário aproximar-se desses usuários, para compreender suas necessidades reais e favorecer a

troca de informações, pois além de ser um agente social responsável por servir a comunidade, ele também assume o papel de educador, ao contribuir com o desenvolvimento intelectual dos alunos. O uso do acervo da biblioteca escolar é resultado do trabalho que esse profissional desempenha. Uma das principais formas de cativar os alunos é conhecê-los e saber o tipo de formação que mais lhes agrada.

A educação inclusiva ainda é um desafio tanto para o bibliotecário escolar quanto para os professores e demais funcionários das escolas. Atualmente vem sendo discutido o Projeto de Lei 8.035 (BRASIL, 2011a) sobre o Plano Nacional de Educação (2011-2020), que estabelece 20 metas educacionais a serem atingidas nos próximos 10 anos, e a meta número 4 busca implantar consideravelmente a inclusão das pessoas com deficiência na educação regular.

Caso o Projeto de Lei 8.035 seja aprovado, significará um grande avanço em prol da convivência com as diferenças, embora implique alguns fatores importantes que merecem atenção, como: adaptação das estruturas físicas, mobiliário e materiais das escolas; preparação dos profissionais das instituições escolares para estarem aptos a lidar com os alunos com deficiência. A obra *Manual de Convivência – pessoas com deficiência e mobilidade reduzida* (GABRILLI, 2010) pode auxiliar no preparo desses profissionais. Esse manual, elaborado pelo Instituto Mara Gabrielli e publicado em parceria com a Prefeitura de São Paulo, contém informações sobre os diversos tipos de deficiência que as pessoas podem apresentar e como lidar com cada uma delas.

Na biblioteca escolar, as ações inclusivas podem ser implantadas por meio das atividades de incentivo à leitura e mediação, nas quais é imprescindível a atuação do bibliotecário. A leitura traz grandes benefícios e as atividades de mediação são essenciais para promover a interação entre as pessoas. Nesse aspecto, Ferrarezi e Castro Filho (2010), destacam que a biblioteca escolar “deseja se colocar como um lugar de disseminação da leitura, explorando a sua multiplicidade”.

Um exemplo que pode ser seguido por diversas bibliotecas, independente do perfil de cada uma, é o da Biblioteca de São Paulo (BSP), que desenvolve uma série de atividades de mediação, utilizando os livros de seu acervo juntamente com objetos construídos com materiais reciclados. Entre essas atividades estão: hora do conto, brincando de ator, construindo brinquedos, clube de leitura.

Portanto, é notável que diversas mudanças venham acontecendo na educação, mas de alguma forma todas visando melhorar o ensino em geral e estendê-lo a todos, sem distinções. Importante ressaltar que os planos de inclusão escolar não poderiam deixar de abranger o ambiente das bibliotecas escolares, que são apoios essenciais às atividades desenvolvidas em sala de aula.

Uma biblioteca escolar para ser acessível e inclusiva não necessita unicamente de recursos multimídia e livros especiais para alunos com deficiência, é possível dar os primeiros passos para promover um ambiente para todos, por meio de atividades interativas com os usuários, como o exemplo da Biblioteca de São Paulo. E para isso, cabe aos profissionais da informação trabalhar para modificar a maneira de pensar e agir diante da inclusão e se aprimorar, conscientes de que o empenho e os primeiros passos são fundamentais para garantir o sucesso da implantação de uma biblioteca escolar inclusiva.

REFERÊNCIAS

BAZÍLIO, Ana Paula Matos. **A inclusão social e a importância da biblioteca pública**, 2011. Disponível em: <<http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/download/60/518>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2013.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2703534/art-8-da-lei-7853-89>>. Acesso em: 06 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais (1994). Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2013.

_____. _____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, 2001. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2013.

_____. _____. **Programa Escola Acessível**. Manual do Programa Escola Acessível, Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17428&Itemid=817>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE- 2011/2020)**, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/Documentos%20normativos/DEX/projeto_d_e_lei_do_plano_nacional_de_educacao_pne_2011_2020.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

CONEGLIAN, André Luís Onório; SILVA, Helen de Castro. Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7, [2006], Marília (SP). Disponível em: <<http://portalppgci.marilia.unesp.br/viewabstract.php?id=305>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; OLIVEIRA, Karina Costa de; BOURSCHEID, Laura da Rosa; SILVA, Lucélia Naside da; OLIVEIRA, Salete de. **Bibliotecário escolar: um educador?** Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11080>. Acesso em: 10 set. 2013.

ESTABEL, Lizandra Brasil. Capacitação de bibliotecários com limitação visual pela educação a distância em ambientes virtuais de aprendizagem. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, 2006.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. BIBLIOTEC II: o bibliotecário como mediador propiciando a inclusão informacional, social, educacional e digital através da EAD. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 119-131, jul.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/479/1481>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

FERRAREZI, Ludmila; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Atuação do profissional na biblioteca escolar. In: CASTRO FILHO, Claudio Marcondes; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Dizeres sobre a biblioteca escolar: palavras em movimento**. Ribeirão Preto: Alfabeto, 2011. p. 75- 91.

FERREIRA, Ana Fátima Berquó Carneiro; LIMA, Diana Farjala Correia. Informação especial no museu – a acessibilidade: a inclusão social da pessoa com a deficiência visual. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/54/91>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

GABRILLI, Mara. **Manual de convivência** – pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, 2010. Disponível em: <<http://institutomaragabrigilli.org.br/images/stories/pdf/manual2012.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. Tradução de Maria José Vitorino. IFLA, 2006.

LIMA, Cátia Cristina de; LIMA, Katiannie de. **A auto-imagem do bibliotecário versus a visão social: uma análise da valorização profissional**. Maceió, 2009. 82f. Monografia – Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/tcc-2009-catia-e-katiannie-a-auto-imagem-do-bibliotecario.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

LIRA, Guilherme de Azambuja. **Biblioteca Nacional: desenvolvimento do modelo brasileiro de biblioteca acessível para pessoas com deficiência e idosos**. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/93>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

OLIVEIRA, Magali Araújo Damasceno de; ALVES, Márcia Valéria; MAIA, Maria Aníoly Queiroz. **A função social do profissional da informação numa biblioteca inclusiva**. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1600>>. Acesso em: 05 jul.2013.

PIRES, Erik André de Nazaré. **O bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da**

disseminação da informação. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/O%20bibliotec%C3%A1rio%20como%20agente%20transformador%20social.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

PUPO, Deise Tallarico; VICENTINI, Regina Aparecida Blanco. **A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa**: o papel das bibliotecas virtuais. Disponível em: <<http://sid.usal.es/docs/F8/FDO24708/regina.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2013.

ROCHA, Janice Aparecida Pereira; ALVES, Claudio Diniz; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. E-acessibilidade e usuários da informação com deficiência. **Inclusão Social**. Brasília, v. 5, n. 1, p. 78-91, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/219/210>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

SANCHES NETO, Asy Pepe. **Biblioteca social**: atividades biblioteconômicas voltadas para fazer do acesso à informação um meio de inclusão social. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/node/199>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

SILVA, Luciana Marques da; MIGUEL, Cristiane Gomes. Ações culturais na Biblioteca de São Paulo: um meio de inclusão, uma abordagem prática. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 80-87, dez. 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/86/86>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília Leite. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 1, out. 2002.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10127.htm>. Acesso em: 06 abr. 2013.